

# Governo quer alterar quatro pontos da Carta

BRASÍLIA — O chefe do Gabinete Civil do Palácio do Planalto, Ronaldo Costa Couto, revelou que o governo começou a trabalhar para tentar suprimir, no segundo turno de votação, os pontos mais polêmicos aprovados pela Constituinte no primeiro turno. O tabelamento dos juros bancários em 12% ao ano está entre esses pontos, bem como a questão da prisão em flagrante somente com autorização judicial, o turno de 6 horas para a jornada de trabalho e a anistia da correção monetária para os microempresários e pequenos produtores rurais.

A intenção do governo está esbarrando, porém, no desinteresse da maioria dos parlamentares nos trabalhos de votação do segundo turno da nova Constituição. O *Centrão*, o PFL e os empresários têm, de certa forma, pontos de vista coincidentes com o do presidente José Sarney. Pretendem suprimir, pelo menos, se for possível reunir o quórum de 280 votos, cerca de 12 dispositivos.

**Negociação** — O ex-líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não acredita que o relatório Bernardo Cabral, que está aberto no momento para o recebimento de emendas, sofra grandes alterações:

“Sem negociação, não se muda nada no segundo turno, porque ninguém tem sozinho 280 votos. O problema é que agora as negociações vão render pouco, já que a margem de manobra é muito pequena. Só se pode manter ou cortar um dispositivo. Não há meio termo”.

O novo líder do PMDB na Constituinte, senador Nelson Jobim, disse que o seu partido está aberto às negociações, mas não avançou muito. Referiu-se à possibilidade de aceitar acordos somente em torno do que chamou de “pontos periféricos”, com uma explicação:

“A estrutura dorsal da Constituição está pronta”.

A posição da aliança entre o PMDB e a esquerda, vitoriosa no embate com os setores conservadores no primeiro turno — a etapa decisiva do processo de elaboração constitucional — é hoje muito cômoda. São poucos os pontos em que ela deseja modificar o texto. Um assessor da liderança do PMDB, depois de uma análise minuciosa do projeto da nova Carta, chegou à conclusão de que o partido só foi efetivamente derrotado em uma causa e gostaria de mudá-la: a da reforma agrária.